



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
(IPOL)

Ana Beatriz Queiroz Pacheco

**COMO A MÍDIA BRASILEIRA VEM ABORDANDO AS
REAÇÕES CONSERVADORAS QUE UTILIZAM A
EXPRESSÃO “IDEOLOGIA DE GÊNERO”**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
(IPOL)

Ana Beatriz Queiroz Pacheco

**COMO A MÍDIA BRASILEIRA VEM ABORDANDO AS
REAÇÕES CONSERVADORAS QUE UTILIZAM A
EXPRESSÃO “IDEOLOGIA DE GÊNERO”**

Monografia apresentada como pré-requisito
para obtenção do título de bacharel em
Ciência Política.

Orientadora: Prof.^a Dr. Flávia Biroli

Examinadora: Prof.^a Dra. Denise Mantovani

RESUMO

O presente artigo visa analisar a abordagem da mídia sobre a expressão “ideologia de gênero”. Até que ponto os noticiários são influenciados por grupos conservadores e como são capazes de interferir na formação de opinião do público leitor. Analisaremos também como foi inserida a expressão “ideologia de gênero” na sociedade brasileira e como a polêmica entorno dessa vem causando manifestações na sociedade e na arena política, gerando a reação de grupos progressistas em defesa da identidade de gênero e direitos LGBTs. Dessa forma, o esforço empírico baseou-se na análise da cobertura de dois veículos de comunicação brasileiros, os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, dois dos mais importantes noticiários do país, desde a primeira publicação em que o termo “ideologia de gênero” apareceu.

Palavras-chave: “Ideologia de gênero”, Mídia, Folha de São Paulo, O Globo.

INTRODUÇÃO

O termo “gênero” toma múltiplos significados e funções a depender do contexto e do lugar político de quem lhe atribui sentido. A partir da década de 1970 o termo foi adotado entre as feministas americanas para indicar “uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’.” (SCOTT, 1986). Como o feminismo tradicional o compreende, então, gênero é o conjunto de papéis, práticas e características que socialmente se impõem aos sujeitos a depender de como se enquadram no binarismo de sexo – uma significação cultural da diferença sexual. Na prática, essas diferenças se traduzem em desigualdades e violência contra as mulheres e os que desviam ou subvertem de alguma forma o gênero que lhes foi designado, como a população LGBTs.

No contexto brasileiro, o tema, apesar de ter impactos globais, se encontra em uma posição polêmica, onde, a partir de 2014, se acirram os debates sobre a questão e, uma luta política é construída visando a defesa da família e da moralidade. A mídia entra então como intermediadora da discussão, dando espaço para grupos exporem sua opinião. Porém, esse espaço cedido pelos meios de comunicação tem interferências diferentes de acordo com o poder de influência de dado grupo hegemônico - conservadores, religiosos e tradicionalistas.

O artigo, dividido em duas partes, visa então, em primeiro lugar compreender o contexto do surgimento da expressão “ideologia de gênero”, o embate religioso em torno desta e a interferência da mídia como ator político capaz de influenciar no debate a na formação de opinião do público leitor. Em seguida, com uma pesquisa metodológica, visamos analisar com base nos jornais de grande circulação, *O Globo* e *Folha de São Paulo*, as abordagens sobre tema, supondo a prevalência de viés conservadores nas publicações e nos espaços do noticiário.

I. IDEOLOGIA DE GÊNERO

A noção de ideologia, mesmo que sem um consenso sobre sua significação exata, trás consigo um lado pejorativo, que, em meio a décadas de movimentos ideológicos intensos – como o fundamentalismo islâmico, o nacionalismo revolucionário no chamado Terceiro Mundo, um nocivo evangelismo cristão, entre outros – acarretou em uma supressão do seu conceito. O surgimento de um movimento pelo “fim da ideologia” – como também foi visto pós Segunda Guerra Mundial - se faz presente na atualidade. A ideologia, para os adeptos ao movimento pelo fim desta, apresenta, contudo, considerações contraditórias, ao mesmo tempo que é “cegamente irracional”, é também “excessivamente racionalista” (EAGLETON, 1997, p.19).

De acordo com Eagleton o entendimento mais aceito para a ideologia seria “legitimar o poder de uma classe ou grupo social dominante” (EAGLETON, 1997, p.19). Como descreve, o processo de legitimação envolve seis estratégias diferentes, sendo elas: “a promoção de crenças e valores de acordo com um poder dominante; a naturalização e universalização de crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; denegrir ideias que possam desafiar o poder; excluir formas rivais de pensamento ou obscurecer a realidade social de modo a favorecer determinado grupo” (EAGLETON, 1997, p.19).

O termo gênero, por vez, foi utilizado inicialmente para designar palavras femininas e masculinas. Mas foi por volta de 1950/1960 por meio de uma versão funcionalista e essencialista da percepção de Simone de Beauvoir que a expressão foi utilizada para descrever os elementos que seriam culturais, em oposição aos que seriam naturais, biológicos (CARVALHO, 2011). A partir de então, o conceito de gênero vem sendo muito debatido na produção teórica e nos movimentos feministas e tem ganhado espaço na luta contra a naturalização das desigualdades entre homens e mulheres e contra os determinismos dela resultantes, como diz Carvalho.

Foi na década de 1990, com um ciclo de conferências programado pela ONU, com enfoque para a Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e População, no Cairo, em 1994, e a Conferência de Beijing de 1995, que se presenciou uma maior discussão sobre a importância das questões de gênero. A valorização do termo gênero, contudo, que diferentemente da distinção sexual, dada pelas diferenças biológicas entre homens e mulheres, possui conteúdo sociológico, gerou controvérsias, com resistências por parte da Igreja Católica e de países muçulmanos (HADDAD, 2007, p.08). É, assim,

em documentos oficiais da Santa Sé que se tem uma condenação explícita ao termo “gênero” utilizado nas conferências, consideradas uma ameaça, pois amplia a compreensão da identidade sexual (ROSADO-NUNES, 2015, p. 1239). Em um contexto, entretanto, de organização para o “fim da ideologia”, a “ideologia de gênero” surge de uma orientação favorável aos conceitos tradicionais de sexo e família vinda de documentos do Vaticano, buscando, com isso, opor-se, frente a comunidade católica, a ideia de gênero que vinha sendo construída.

Rosado-Nunes ao citar Romain Carnac (2014) afirma que a negação à ideia de gênero por parte da Igreja Católica seria, nada mais, do que uma estratégia para ganhar espaço público. Assim, o gênero torna-se um grande inimigo, não apenas de católicos, mas de todos aqueles que defendem valores “humanistas”, especialmente a família entendida unicamente em sua realização heterossexual (ROSADO-NUNES, 2015, p. 1240).

Retomando os conceitos de Eagleton, o que presenciamos no Brasil seria um entendimento de ideologia voltado para denegrir ideias que possam desafiar o poder, e excluir formas rivais de pensamento. Ora, o surgimento de movimentos a favor dos direitos à diversidades e minorias, como o movimento feminista e LGBTs, apresentam um risco aos valores familiares e a crença em uma criação divina defendidos pelo ideário católico. Como uma forma de defesa do poder vigente – com supremacia conservadora e fundamentalista – a “ideologia de gênero” é posta como uma ameaça e, reduzida a teorias que desnaturalizam nossas relações sociais e sexuais (ARAGUSUKU,2016).

“A ideologia de gênero é uma tentativa de afirmar para todas as pessoas que não existe uma identidade biológica em relação à sexualidade. Quer dizer que o sujeito, quando nasce, não é homem nem mulher, não possui um sexo masculino ou feminino definido, pois, segundo os ideólogos do gênero, isto é uma construção social”. (Trecho da nota escrita pelo Cardeal Orani João Tempesta (2015), Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro. Retirado de: ARAGUSUKU, 2016)

O tema, todavia, virou questão central no debate político no Brasil a partir do ano de 2014, com a inserção do termo gênero no Plano Nacional de Educação (PNE), o qual define diretrizes e metas para a educação até 2020. O texto do relator, deputado Angelo Vanhoni (PT-SC), que propunha estimular “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” foi encaminhado à Câmara dos Deputados em 2010, que o aprovou apenas em 2012, passando pelo Senado em seguida e encaminhado à Comissão Especial da Câmara no ano de 2013, onde foi aprovado no dia 22 de abril de 2014 e depois

sancionado pela então presidente Dilma Rousseff. A princípio estava inserido no texto original referências à desigualdade de gênero e à diversidade, porém, teve parte de seu texto alterado devido a grandes polêmicas em torno do assunto, a redação final aprovada, portanto, refere genericamente: “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (ROSADO-NUNES, 2015, 1240 e 1241).

Manifestações de parlamentares, intelectuais, grupos organizados, e, principalmente grupos religiosos – católicos e evangélicos – abriram espaço para uma grande discussão e maior visibilidade às disputas em torno do gênero e da sexualidade. De um lado, conservadores, religiosos e fundamentalistas constroem uma imagem negativa sobre a igualdade de gênero, sendo, segundo esses, uma forma de imposição sobre crianças a fim de destruir a família e os valores morais, acreditando em uma ideologia impositiva contra a “lei natural”. Enquanto, grupos organizados de feministas e comunidades LGBTs, parlamentares progressistas e movimentos de estudantes e professores defendem a necessidade da promoção da igualdade de diversidades, e acreditam na escola como um lugar de inclusão, onde não há uma “ideologia de gênero” e sim um debate construtivo sobre identidades de gênero e a busca de desconstruir preconceitos e reduzir violências.

Em torno das questões LGBTs, há um progresso moderado relativo à proteção da identidade de gênero, na área das leis contra crimes de ódio e direitos e proteções para as uniões civis e uniões estáveis, como a conquista da aprovação da união civil entre pessoas do mesmo sexo em 2004, e o reconhecimento, em 2011, do casamento homossexual, além da conquista, desde 2016, da permissão ao uso do nome social. No entanto, a realidade não é tão animadora, mais do que a números acerca de leis, o Banco Mundial aponta para dados alarmantes em torno da violência: os mesmos países que criam e sancionam leis não necessariamente garantem seu cumprimento ou fazem o registro dos crimes contra minorias: a falta de dados e a impunidade mascaram algo que pode ser ainda mais grave.

No ano de 2012, de acordo com a organização por direitos dos homossexuais do Brasil, o país estava classificado como líder mundial em assassinatos contra pessoas LGBT, representando 44% de todos os casos do mundo de homofobia letal (CORRALES, 2016).

Em relatório da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos - Relatório de Violência

Homofóbica no Brasil: ano 2013 -, tem-se que apesar da subnotificação, há um grave quadro de violências homofóbicas no Brasil: no ano de 2013, foram reportadas 9,31% de violações de direitos humanos de caráter homofóbico do total de violações no dia. Sendo que, durante esse mesmo ano, 5,22% das pessoas foram vítimas de violência homofóbica do total de casos reportados no país (Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013).

Em dados mais recentes, datados do ano de 2016, do relatório publicado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), 343 LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) foram assassinados no Brasil. Segundo dados, a cada 25 horas um LGBT é barbaramente assassinado vítima da “LGBTfobia”, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais (GGB – Grupo Gay da Bahia, 2016).

Com as informações supracitadas, e considerando que há um sub-registro dos dados de agressão, pode-se compreender as ações para incluir a discussão sobre gênero nas escolas. A situação brasileira exige uma conscientização da população e uma maior representação e proteção, bem como direitos, aos grupos LGBTs.

Os êxitos conquistados pela comunidade LGBTs no Brasil, entretanto, tem encontrado, ao contrário do esperado, barreiras e retrocessos. O porquê da insistência na luta contra a agenda para a igualdade de gênero, dos embates conservadores e fundamentalistas mais presentes no momento ainda não possui uma resposta exata, mas especulam-se explicações baseadas na relação política e religião, e em uma mídia noticiosa, o que será discutida adiante.

II. RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL

A resistência católica na luta sobre a defesa da família, na crença da construção natural e divina do sexo e do gênero já é sabido há muito tempo. A questão a ser debatida aqui, entretanto, não é somente a influência da religião sobre seus fiéis, mas também sobre a construção da agenda política em um país constitucionalmente laico. A modernidade e o liberalismo político na sociedade brasileira, como diz Maria das Dores Campos Machado:

“Resultaram de uma combinação paradoxal dos valores igualitários de matriz europeia com os princípios hierárquicos destinados a garantir a exclusão social e política de grande parcela da população nacional, contribuindo para a formação de um fenômeno que manteve o terreno fértil para a intervenção das instituições religiosas na esfera pública” (MACHADO, 2012, p. 31).

O princípio da separação jurídica da esfera religiosa do Estado, mesmo que garantido na Constituição, não inibe a religião da arena pública e nem as vantagens concedidas à Igreja Católica, que se beneficia com auxílios financeiros, isenções de impostos e parcerias com as agências governamentais (MACHADO, 2012). Nas últimas décadas, contudo, se viu um maior engajamento dos seguimentos da Igreja – com investidas vindas do Vaticano - na política partidária e nas disputas eleitorais, expandindo a arena política brasileira não só entre católicos, mas também abrindo espaço para novos atores evangélicos – com menor enfoque em outras religiões.

O que está em risco no Brasil, de acordo com Maria das Dores Campos Machado, é a própria democracia liberal, devido a ameaça que a participação atual de grupos religiosos na esfera pública representa para política de ampliação dos direitos humanos, com atuação marcada não só no interior do campo religioso, mas também em importantes movimentos sociais como o feminista e o das comunidades gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT) (MACHADO, 2012, p 29 e 30).

A criação de uma nova agenda conservadora prioriza na ação dos atores religiosos o embate contra movimentos identitários – entre os quais, os mais expressivos encontram-se, sem dúvida alguma, o feminista e o das comunidades LGBTs – no qual a identidade religiosa parece ser tão ou mais importante que as identidades partidárias que, pelo menos a princípio, deveriam orientar as condutas políticas no sistema da democracia representativa como diz Machado (MACHADO, 2012, p. 32).

Ao mesmo tempo, contudo, em que se tem uma aproximação do Estado com movimentos sociais, trazendo à tona temas polêmicos, junto a iniciativas do governo no combate à discriminação das minorias, há um crescimento expressivo do conservadorismo nos espaços de representação com o sucesso nas disputas eleitorais dos segmentos evangélicos. Como cita, mais uma vez, Machado, houve um rápido processo de formação de lideranças e, uma intensa socialização dos fiéis, além da forte representação da Igreja Universal do Reino de Deus, que com o lançamento de candidaturas oficiais, incentivou disputas no interior do campo evangélico, criando espaços de debate, socialização e organização das iniciativas no campo da política eleitoral entre outras igrejas (MACHADO, 2012). A eleição de 2014, como dados apresentado por Biroli (2015), foi definida como a mais conservadora desde 1964, gerando uma atuação conjunta dos parlamentares eleitos contra pautas que vão de encontro à “defesa da família”, participando não só ativamente na luta antiprogressista,

como também na ocupação de cargos em comissões que são chave para a tramitação de matérias nessa temática (BIROLI, 2015).

Percebe-se já em meados da década de 1980 uma inclinação dos partidos políticos à candidatos membros da Igreja, mas somente em 2002, com a criação do Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política, e em 2003, com a Frente Parlamentar Evangélica é que se te de fato um engajamento político voltado para interesses religiosos.

A bancada evangélica existe desde a Assembleia Nacional Constituinte, mas é também em 2003, quando se institucionaliza, que conquista maior força de representação. É no fim da Legislatura de número 52 (2003-2006), de acordo com Marina Basso Lacerda, que se inicia o ativismo antigênero. Depois de certo enfraquecimento na legislatura seguinte e maior pressão de movimentos progressistas, o grupo recupera força e em 2015 elege a maior bancada de sua história (LACERDA, 2016).

Entre os representantes políticos evangélicos, Machado os identifica como possuindo as seguintes características:

“Vem das camadas médias e populares da população brasileira, estando, portanto, no seio de um processo de mobilidade social; tem um discurso familista e muito centrado na doutrina cristã; apresenta vínculos muito recentes e frágeis com os movimentos sociais e partidos políticos; engajou-se nas iniciativas assistenciais da denominação antes de se aventurar na política partidária; e que, dessa maioria, muitos tiveram uma atuação prévia nos meios de comunicação” (MACHADO, 2012, p. 38).

A crescente participação de membros sacerdotais nas esferas de tomada de decisões se dá, em uma análise feita por Machado e reafirmada por Lacerda, como forma de reação de esferas conservadoras da sociedade contra os avanços de movimentos sociais, e principalmente contra questões como a descriminalização do aborto e temas relacionados a homossexualidade que vinham tomando lugar nos espaços de discussão.

O que se presencia então, não é somente uma reação conservadora da Igreja na Câmara dos Deputados, mas a representação de uma grande camada da sociedade que se identifica com as pautas a favor da família, e se posiciona contra qualquer avanço que possibilite o desenvolvimento de uma moral sexual laica ou descolada da moral cristã (MACHADO, 2012).

Reação essa que sempre teve como alvo movimentos feministas e LGBTs, voltou-se com força tanto no Congresso como em espaços de discussão na comunidade contra o termo insurgente “ideologia de gênero” no ano de 2013. Em discurso, o Deputado Pastor Eurico relata que:

“Ideologia de gênero está sendo introduzida na legislação como uma bomba-relógio, com o objetivo de destruir o conceito tradicional da família como a união de um homem e uma mulher vivendo com compromisso de criar e educar filhos. (...) Com a ideologia de gênero imposta pela lei na educação, os kits gay, bissexual, transexual, lésbico etc. serão obrigatórios para as crianças em idade escolar” (Deputado Pastor Eurico, em pronunciamento, 2013. Retirado de: LACERDA, 2016, p. 10).

Os discursos direcionados a esse “ativismo antigênero” (LACERDA, 2016), que inicialmente se dirigiam ao polêmico “kit gay”, ao programa Brasil sem Homofobia, atingiram seu auge nos debates entorno do PNE (Plano Nacional de Educação). O texto que propunha estimular a superação das desigualdades educacionais, entre elas a igualdade de gênero e de orientação sexual, levou a resistências em níveis nacional, estaduais e municipais, com a retirada do termo “gênero” e da expressão “orientação sexual” do texto original, e a supressão dos mesmos pela Câmara dos Vereadores em vários Municípios.

Foram feitas também objeções quanto as Resoluções no 11 e 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBTT – a que estabelecem os parâmetros para a inclusão dos itens “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” nos boletins de ocorrência e parâmetros para acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nas instituições de ensino (LACERDA, 2016), e quanto ao problemático PL 867/2015, instituindo o Programa Escola sem Partido, entre outras medidas crescentes que atingem diretamente os direitos das mulheres e LGBTs.

Como descreve Flávia Biroli (2015):

Vejo as ofensivas contra a “ideologia de gênero” como a busca de naturalização de posições – as visões bem situadas e particulares de alguns, no caso de grupos religiosos, apresentadas como fossem universais. Nesse caso, o recurso à ideia de que existe uma natureza/verdade e uma ideologia/falsidade é o dispositivo central para a universalização de uma posição bem situada (BIROLI, 2015).

A universalização das visões de um grupo conservador, como observado por Birolí, vai além do âmbito da igreja e da doutrinação religiosa. A influência de grupos tradicionais na sociedade interfere diretamente na divulgação da informação e na formação de consensos da população em geral. Veremos a seguir a importância da mídia para a divulgação do saber e como essa pode atingir e ser influenciada pelo jogo político.

III. A MÍDIA E A POLÍTICA

A imprensa desde o início esteve presente no processo histórico e momentos importantes do decorrer da trajetória do Brasil, e do mundo. Com sua fundação, em formato impresso, ainda no século XV, já se via o desenrolar da forma de comunicação e transmissão da informação. E, desde então, com a consolidação do sistema de imprensa, durante os séculos XVII e XVIII, em que o controle político sobre a circulação das informações era exercido pelos Estados monárquicos, contemporâneo às lutas revolucionárias, as revoluções liberais na Europa (França, Inglaterra) e EUA (ambiente em que a imprensa se consolida no mesmo processo de nascimento do liberalismo político e o nascimento do capitalismo), se desenvolveu a atividade jornalística comercial nos moldes como a conhecemos atualmente: uma esfera autônoma e independente, pertencente à sociedade civil e não atrelada ao controle dos Estados. A modernização da mídia, como mencionado por Denise Mantovani, esteve acompanhada pela severidade do controle político dos Estados, ao mesmo tempo em que se cercava pelo poder e pelo engajamento nas lutas políticas revolucionárias, dando origem à uma indústria midiática, onde os interesses e ganhos por trás da notícia possuem uma valoração maior do que apenas a disseminação de informação (MANTOVANI, 2014. P. 27).

A imprensa transcendeu o papel impresso e ganhou um espaço imensurável na divulgação da informação. Além da imprensa escrita, meios eletrônicos como o rádio, o cinema, a televisão e, a internet, ampliaram de maneira considerável as formas de contato, transformando a indústria da informação e do entretenimento num sistema estruturado, socialmente reconhecido, com valores e regras próprios e constitutivos de um poder simbólico relevante (MANTOVANI, 2014. P. 30).

Expandindo sua influência para a construção de um consentimento sobre a realidade conhecida, Mantovani explica que a mídia como um poder simbólico, e para isso cita Bourdieu, age na produção de sentido e de construção do mundo social. Ora, os sistemas simbólicos exercem um poder de dominação “invisível” (MANTOVANI, 2014, P. 31). Como cita:

“Essa capacidade de constituir um discurso que atende aos interesses de classes (ou grupos) dominantes “tende a impor a ordem estabelecida como natural por meio da imposição mascarada [...] de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais” (BOURDIEU, 2007, p. 14)” (MANTOVANI, 2014, p. 32).

Entendendo a mídia como possuidora de poder e, logo, também, um ator político, adquire-se a capacidade de: “influir na formação das agendas públicas e governamentais; intermediar relações sociais entre grupos distintos; influenciar a opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos; e participar de contendas políticas posicionando-se sobre elas” (MANTOVANI, 2014, p. 39). É inegável, portanto, mesmo com a “liberdade de expressão” e com o mercado criado entorno de uma “indústria da informação”, que há uma interação entre os interesses da mídia e do campo político e a formação da agenda.

Assuntos específicos tendem a receber maior ou menor atenção de acordo com o julgamento e destaque que a mídia dá a ele. Julgando um tema pertinente à atenção do público, a mídia pode estabelecer o contexto em que os assuntos serão compreendidos por este, dando visibilidade a determinados aspectos em detrimento de outros (MANTOVANI, 2014, p. 41 e 42).

Analisando o agendamento da mídia, Mantovani diz fazer parte da escolha e produção da percepção pública dos interesses vários atores, como um “jogo de influência” entre esferas de poder (MANTOVANI, 2014, p. 45). Como alegam Miguel e Biroli, os meios de comunicação operam como “dispositivos de seleção”, barrando atores e falas, ou reproduzindo discursos restritos ((BIROLI; MIGUEL, 2011, p. 12).

Há, para além disso, uma relação entre a visibilidade dada pela mídia e o destaque do tema no campo político, obedecendo, contudo, os mecanismos de hierarquização do campo (BIROLI; MIGUEL, 2011). Portanto, atores com maiores recursos e poder de influência possuem maior visibilidade nos veículos de comunicação.

A forma polêmica na qual são tratadas as questões de gênero na mídia, bem como a abordagem de movimentos feministas e grupos LGBTs, é um exemplo da interferência, nem sempre direta, mas também pela seletividade, do interesse de grupos conservadores, tradicionalistas e/ou políticos na mídia, e igualmente da capacidade de moldar a realidade e construir um senso comum através da disseminação da informação. Aqui consideramos também não só a interferência de grupos de influência, mas a própria mídia como um ator político que pode, com jornalistas que tenham uma visão de mundo conservadora e tradicional, influenciar o processo de produção da notícia.

A questão que analisamos no estudo é, então, saber até que ponto vai a sub-representação de vozes que defendam um grupo minoritário e como, nesse contexto, a hierarquia de poder interfere no cenário atual. Como a predominante direita radical se posiciona nos espaços de debate, bem como na mídia e na política, enquanto, aqueles que formam uma oposição são silenciados ou possuem um peso menos expressivo no diálogo.

Conforme discorrem Miguel e Biroli, “as esferas de produção da “opinião pública”, embora fluídas e não formalizadas, estão longe de ser igualitárias” (BIROLI; MIGUEL, 2011. P. 16 e 17). E, nesse âmbito, considerando a influência da mídia sobre a formação de consenso na sociedade, a presença de viés pode comprometer a representatividade (BIROLI; MIGUEL, 2011). Assim:

“A maneira como a mídia representa (ou deixa de representar) a diversidade social e a pluralidade de interesses presentes na sociedade e a pluralidade de interesses presentes a sociedade temefeitos sobre a dinâmica de representação política [...]” (BIROLI; MIGUEL, 2011, p. 23).

Consequentemente, a mídia, como ator político, influi sobre outros âmbitos da esfera pública e na própria formação da agenda política. O entendimento de gênero como está sendo exposto atinge a assimilação do mesmo pela sociedade e interfere nos planos de ação do Estado, com as discussões acerca do PNE (Plano Nacional de Educação), e atinge a realidade ao barrar, ou tentar barrar, através da disseminação de uma ideia de imposição de uma ideologia, com espaços de vozes desiguais e interferência no agendamento político, a discussão direcionada a defesa dos direitos fundamentais ou direitos de grupos em situação de violência e estigmatização.

IV. METODOLOGIA DA PESQUISA

A discussão em torno da chamada “Ideologia de gênero”, como já explicado, tomou proporções maiores nos últimos anos. Como intermediadora e divulgadora dos debates sobre o tema, a mídia teve e ainda tem papel decisivo sobre a formação de opinião. A questão, no entanto, é saber para que lado tende essa opinião. Se a maioria conservadora da atual formação do Congresso Nacional e demais instituições federativas (Câmaras Municipais) também permanece soberana sobre a orientação midiática ou se, nos espaços teoricamente protegidos pela liberdade de expressão, existe lugar de fala para grupos minoritários e defensores de pautas progressistas.

A pesquisa realizada se fundamentou em uma análise das reportagens que citam o termo “ideologia de gênero” nos dois maiores jornais de divulgação do país, *O Globo* e *Folha de São Paulo*, escolhidos pelo seu amplo alcance, confiabilidade e influência sobre a convicção de seus leitores.

O estudo abrangeu as reportagens, artigos de opinião, colunas e blogs dos dois jornais, datados desde sua primeira publicação sobre o tema – *Folha de São Paulo* em 08 de janeiro de 2000, e *O Globo* em 28 de agosto de 2014 – até setembro de 2017, catalogando 72 (setenta e duas) publicações do jornal *Folha de São Paulo* e 51 (cinquenta e uma) publicações do jornal *O Globo*, com 123 (cento e vinte e três) catalogações ao todo.

Operadas no software de análise de dados, o Sphinx, as reportagens foram classificadas de acordo com os seguintes critérios: a) a data, b) veículo de publicação (O Globo ou Folha de São Paulo), c) sexo do autor, d) título, e) tipo de publicação (reportagem, artigo de opinião -externo-, coluna/opinião -interno-), f) local de publicação (site, blog ou impresso), g) tema (aqui o foco foram os planos de ensino nacional, estadual, municipal, o projeto Escola Sem Partido, Eleições estaduais e municipais no ano de 2016 e outros - onde entram temas diferentes), h) quem tem voz na matéria (representantes de movimentos feministas ou LGBTs / representantes das igrejas católicas / representantes das igrejas evangélicas / outras religiões/ representantes de organizações internacionais/ advogados ou juristas/ Ministério Público e promotoria/ Judiciário/ Parlamentares religiosos/ Parlamentares não identificados como religiosos mas alinhados com a agenda conservadora / Parlamentares não identificados como religiosos e alinhados com a agenda progressista / Professores/ Estudantes/ Outros), i) envolvimento ou não de igrejas evangélicas, j) enquadramento predominante, k)

posicionamento (contrário à “ideologia de gênero”, favorável à “ideologia de gênero” ou sem posicionamento).

Os temas abordados na pesquisa, os planos de ensino nacional, estadual, municipal, o projeto Escola Sem Partido, Eleições estaduais e municipais no ano de 2016, foram assim escolhidos por terem sido esses os principais motivadores das discussões sobre a expressão “ideologia de gênero”. Como já explicado, o Plano de Educação foi o ponto de partida que deu início ao debate sobre gênero nas escolas em 2014, seguido pelo projeto Escola Sem Partido que também pretendia eliminar as abordagens sobre gênero do ensino infantil, bem como as propostas dos candidatos às eleições do ano de 2016, que em meio à polêmica de gênero, trouxeram o debate em seus discursos para acariciar votos. Além desses principais motivadores, outros temas que giram entorno do debate sobre a “ideologia de gênero” também foram catalogados e serão discutidos adiante.

Quanto aos enquadramentos desenvolvidos, e aqui se entende enquadramento como “marcos interpretativos oferecidos diariamente pela narrativa jornalística e que permitem às pessoas dar sentido aos eventos ou situações sociais” (Porto, 2004, p. 78; MANTOVANI, 2010, p. 13), classificamos oito principais. Os enquadramentos que englobam de alguma forma abordagens que afirmam a existência da “ideologia de gênero” foram divididos em: “A “ideologia de gênero” existe e vai contra os princípios da Igreja”; “Parlamentares religiosos e/ou conservadores atuam contra o debate sobre gênero”; “A “ideologia de gênero” existe e vai contra os princípios da família e da moralidade”; “Há muitas pessoas manifestando contra o debate sobre gênero no Brasil”, enquanto, as visões que defendem de alguma forma a argumentação sobre gênero foram predominantemente: “ O debate sobre gênero deve ser estimulado nas escolas”; “O respeito à diversidade é necessário”; “ Há muitas pessoas se manifestando a favor do debate sobre gênero no Brasil hoje”; “Movimentos feministas e LGBT têm levado o debate sobre gênero para o Estado ou para a escola”.

Os dados tabulados nas categorias de local de publicação, temas abordados, quem tem voz na matéria e enquadramentos permitia a marcação de mais de uma classificação, uma vez que uma mesma publicação poderia abranger várias classificações. Como por exemplo, uma notícia divulgada no site do jornal, poderia estar presente na versão impressa ou em um dos blogs do noticiário.

O software utilizado permitiu não somente gerar todos os gráficos e tabelas, como também um cruzamento qualitativo e quantitativo dos dados.

V. O TERMO “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NOS NOTICIÁRIOS

Como cita Denise Mantovani, “a atenção do público para um determinado tema tende a crescer na medida em que aparece na agenda da mídia (McCombs, 2009, p. 67)”. (MANTOVANI, 2013. P. 5). E, de fato, a mídia acompanhou em número de publicações os debates acerca da “ideologia de gênero” que aconteceram no campo político e social.

O jornal *Folha de São Paulo* cita o termo em estudo mais de uma década antes do jornal *O Globo*, porém, com reportagens espaçadas e tratadas com certa superficialidade, o assunto ainda desconhecido por muitos na sociedade, parecia lidar com certa estranheza a temática. No ano de 2000, em que foi publicado o primeiro artigo de opinião em que o termo aparece¹, muito se fala sobre o direito das mulheres, a luta pelo acesso à educação, a conquista por mesmos espaços, a diferença salarial e o direcionamento a empregos ditos como “de mulheres”, com a luta feminista tomando certo espaço no debate – não que o contexto em 17 anos tenha mudado muito -, porém, questões de homossexuais e identidade de gênero não são sequer mencionadas, apenas relações de gênero são tratadas, e o termo “ideologia de gênero” aparece na referência de uma autora. Em 2004, o termo reaparece no jornal *Folha de São Paulo*², mas apesar de citar os homossexuais e a “ideologia de gênero” com sentido pejorativo, de acordo com a visão da Igreja Católica, o foco permanece nos direitos das mulheres e pouco na questão de gênero. Apenas em 2009, ainda no jornal *Folha de São Paulo*, é que a expressão surge acompanhada de mais sentido, no contexto de manifestações convocadas pela Igreja Católica espanhola em Madri, a “ideologia de gênero” é citada pelo presidente do Fórum da Família espanhol, junto à visão de sexualidade, como uma forma de coação do Governo sobre a sociedade (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/10/2009)³.

Em 2014, entretanto, o cenário parece mudar completamente, as reportagens antes escassas e pouco centradas no debate, tornam-se frequentes devido ao andamento do Plano Nacional de Educação, do mesmo ano. A oposição entre movimentos conservadores e religiosos e grupos progressistas fica mais evidente, bem como o engajamento social, que antes era pouco comentado. A “ideologia de gênero” passa a ser, então, tema central da reportagem. O termo no jornal *Folha de São Paulo* que anteriormente era citado com um período de quatro a 5 anos entre uma publicação e

outra, passa a ser visto semanalmente ou até mesmo mais de uma vez em um mesmo dia.

A abordagem nas notícias do jornal *O Globo* é um tanto quanto diferente. Datadas a partir do ano de 2014, as seis primeiras aparições são em colunas de opinião publicadas em blogs do jornal – a grande maioria no “Blog do Noblat”. E, apesar de manter certa frequência das edições, somente em 2016 o jornal tem reportagens publicadas sobre a polêmica em torno da “ideologia de gênero”.

Desde a incorporação do termo “ideologia de gênero” pelo *O Globo*, diferente da Folha, o noticiário abordou de forma polêmica a questão, exibindo desde o início os debates que a envolvia e os posicionamentos acerca desta. O questionamento que fica, porém, é porque a introdução do tema coincidiu com desencadear de contradições no Congresso, e, porque a concentração de postagens em blogs e não em veículos formais do jornal.

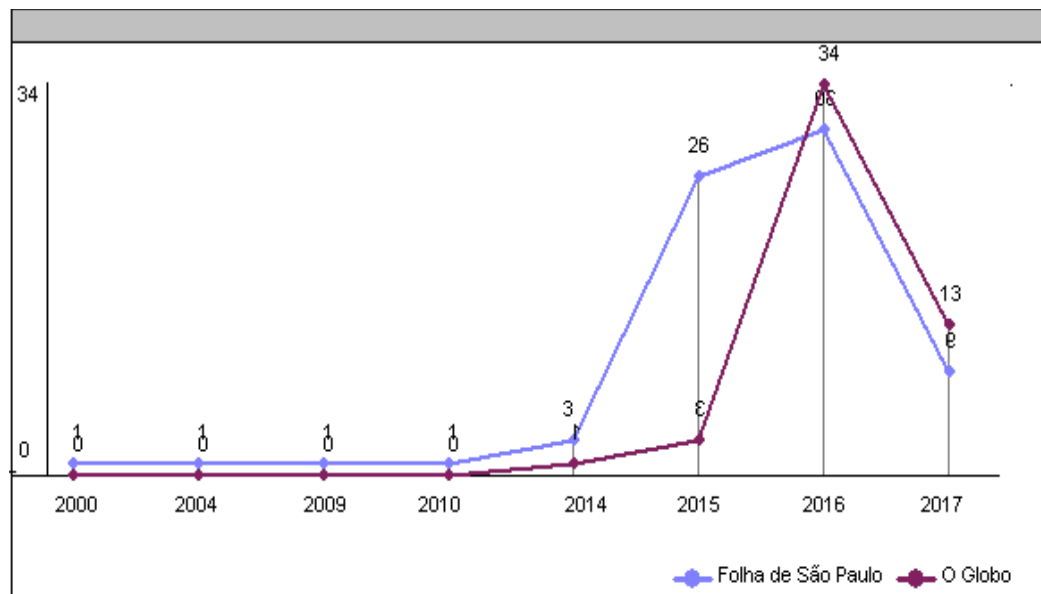
Nos dois veículos, o que parece acontecer é uma introdução tímida do tema que, vai ganhando proporções à medida que adquire espaço no debate político e nas discussões entre diferentes atores. Aqui, mais uma vez, a assertiva de que os assuntos da mídia acompanham a agenda política e o contrário, a mídia influencia a agenda política, pode ser confirmada.

Como demonstrado no gráfico abaixo o volume de reportagens cresce consideravelmente de 2014 para 2015, tendo seu volume máximo em 2016, com o auge dos discursos sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do PNE (Plano Nacional de Educação), do projeto Escola Sem Partido e o debate dos candidatos à eleição de prefeitos e vereadores, que usaram, mais do que nunca, o termo “gênero” em suas falas. A significativa queda vista no ano de 2017 pode ser explicada, tanto por ter sido considerado durante a análise um período menor das publicações – de janeiro a agosto deste ano -, tanto por ter ultrapassado o período eleitoral, como também pelas conquistas das bancadas conservadoras com as retiradas de termos polêmicos nos planos de governo nacional e municipais, o que fez parecer, mais uma vez, que houve um silenciamento em torno do assunto tanto no Congresso como na mídia.

A vantagem que o jornal *O Globo* toma, partindo de três reportagens em 2015 para trinta e quatro em 2016 – superando as publicações do jornal *Folha de São Paulo*, está vinculada, acredito, ao grande número de menções feitas pelo candidato e depois prefeito Marcelo Crivella, que concorreu às eleições no estado do Rio de Janeiro – estado o qual pertence jornal *O Globo*. O prefeito do Rio de Janeiro, declaradamente

religioso e membro da Igreja Universal do Reino de Deus, é um ator importante e muito mencionado nas notícias por ter parte de sua campanha direcionada ao combate da “ideologia de gênero” e por ter dado continuidade à pauta pós eleito.

Figura Gráfico 1: Frequência de referências à “ideologia de gênero” nos jornais



Fonte: a autora

Acompanhando e definindo as pautas do jogo político desde sua fundação, o jornal *Folha de São Paulo* apresenta cerca de 20 matérias a mais do que o jornal *O Globo*, também grande influenciador de agendas, sobre o conteúdo tratado no mesmo período. Como abordado por Campos, Júnior e Daflon, a difusão e a legitimação de um enquadramento polemizante impõe certa ordenação às rotinas jornalísticas, de modo que, em abordagens de um acontecimento polêmico, a imprensa é direcionada a cobrir os eventos relacionados à problemática em pauta de acordo com determinados critérios convencionalmente estabelecidos e quase sempre relacionados a um ideal de neutralidade ou imparcialidade jornalística. (CAMPOS; JÚNIOR; DAFLON, 2013).

E, apesar da imparcialidade ceder credibilidade aos veículos de comunicação, a neutralidade da imprensa é algo constantemente questionado. A forma com a qual os jornais lidam com a notícia, quais jornalistas são destinados a determinadas publicações, os tipos de publicação, a escolha por onde publicar e se publicar ou não, influenciam diretamente na forma que o público irá compreender o conteúdo. Como cita Mantovani, o conteúdo produzido pelo noticiário pode também desempenhar um papel político, uma

vez que pode afetar o processo de formação das preferências políticas da audiência, conformando uma opinião ou sugerindo escolhas (MANTOVANI, 2013. P. 13).

Como meio de formação de opinião e influência, o posicionamento do jornal não é apenas direcionado por aqueles escolhidos a ter espaço de fala nas reportagens, ou seja, falam no jornal, como atores políticos, integrantes de movimentos ou pessoas entrevistadas. Os autores das notícias, que falam pelo jornal, revelam reflexões importantes sobre o direcionamento do mesmo.

Os dados apresentados na *Tabela 1*, que representa o sexo dos autores das publicações analisadas, por exemplo, nos faz enxergar que enquanto o *Jornal Folha de São Paulo* possui uma representatividade de vozes femininas em cerca de 40% das notícias, essa proporção no jornal *O Globo* cai para 33%, ao passo que as vozes masculinas ocupam majoritariamente o lugar com 52% das publicações, à medida que no jornal da *Folha* elas se detém 38,8% das autorias.

Tabela 1: Sexo dos autores de acordo com o jornal de publicação

Jornal	Sexo	Sem autoria	Femini no	Masculi no	TOTAL
Folha de São Paulo		15	29	28	72
O Globo		7	17	27	51
TOTAL		22	46	55	123

Fonte: a autora

Com maior destaque, em temas relacionados a direitos humanos que confrontam direta ou indiretamente questões de gênero e educação, a preponderância de perspectivas masculinas, em uma análise de um meio social de supremacia masculina, com uma cultura tradicionalista, patriarcal e hegemônica, pode comprometer a imparcialidade das matérias.

A tentativa de dar espaço igualitários aos jornalistas e/ou colunistas indica um avanço na forma de fazer jornalismo, e um posicionamento, de fato, mais imparcial para com a divulgação de informação. Neste quesito, o noticiário *O Globo* aparenta ter ainda pouca preocupação com a representatividade de gênero desde sua organização interna. Em um contexto atual onde se tem uma luta feminista tão presente pela ocupação de espaços de representação, a falta desta configura um cenário preocupante para o avanço das lutas por direitos individuais. É claro que, apenas espaços igualitários sem uma igual

representação de classe, raça e posicionamentos não faria por si só um jornalismo de todo justo, mas é um indicativo do conservadorismo ou não dos noticiários.

A mídia, apesar de inserida em um meio político, não pode, ou pelo menos tenta não ser uni direcionada, visando atender vários universos interessados. Com uma dinâmica complexa, a divulgação da informação vem adquirindo formas não tradicionais, para além da televisão, rádio e jornal impresso, a modernidade trouxe como formas de alcance os blogs e sites de notícia. Nesse contexto, como aborda Mantovani, “vem se desenvolvendo espaços de diálogos horizontais entre grupos e indivíduos conectados” (MANTOVANI, 2013. P. 10). Os próprios jornais, antes exclusivamente impressos, passaram a ter páginas acessíveis na internet, com a produção de sites e blogs, como formas atuais de acesso à informação. O site seria então uma plataforma, mais impessoal que os blogs, onde não apenas são direcionadas as notícias de maior relevância (que também estão no formato impresso), como também notícias cotidianas que são atualizadas em tempo real, além de concentrar todas as páginas do noticiário, como colunas e blogs.

Como observado na *Tabela 2* abaixo, os sites e os blog de notícia tomaram um lugar de preponderância se comparado com o jornal impresso. Como todas as reportagens analisadas foram retiradas dos sites dos jornais em destaque, as publicações catalogadas necessariamente estão no site e em outro meio de divulgação – blogs e/ou página impressa.

Tabela 2: Principais locais de publicação de acordo com o jornal de publicação

Jornal	Folha de São Paulo	O Globo	TOTAL
Local de publicação			
BLog	14	19	33
Impresso	11	17	28
Site	72	51	123

Fonte: a autora

A baixa quantidade de publicações sobre o tema “ideologia de gênero” direcionadas ao tradicional jornal impresso é passível de indagação, uma vez que muitas das reportagens analisadas não foram publicadas no formato impresso. Apesar do site

ter uma maior abrangência, alcançando um público mais variado, a circunstância de que existem ainda limitações no uso da internet, como a barreira econômica que dificulta o acesso amplo às conexões mais eficientes, seria por si só uma boa justificativa para considerar um número maior de edições sobre o tema nos jornais impressos. Mas o fato é que, por seu formato tradicional, o direcionamento ao jornal impresso ainda requer um local de destaque, ora, são postos ali as reportagens julgadas importantes para o noticiário.

Seguindo a ordem de “prestígio”, após o local de destaque do formato impresso, o site viria em segundo lugar por estar nele concentrado as publicações do editorial do jornal e assegurar o nome e a confiabilidade do mesmo perante o público leitor. Os blogs, por último, seriam uma categoria a parte do jornal, onde as opiniões e artigos que ali estão não necessariamente imprimem a imagem do noticiário e sim daquele que carrega o nome da página. Uma parcela, então, de 14 (19,44%) publicações nos blogs da “Folha” e um total de 47(65,27%) notícias exclusivas ao site - o total de publicações do site subtraído os blogs e impressos, pois como já explicado todas as publicações foram retiradas do site, ora os blogs e impressos também estão na versão virtual do jornal -, pode parecer pouco representativa quando considerado que muitas das notícias apenas citavam a “ideologia de gênero”, sem ao menos explicar, contrariando ou não, o que viria a ser tal expressão. O mesmo pode ser analisado no jornal *O Globo*, que contempla uma ampla gama de divulgações em blogs, 19 publicações (37,25%), e com 15 postagens restritas ao site (29,41%) – total de publicações do site subtraído o número de publicações nos blogs e formato impresso. Neste caso, entretanto, há uma maior quantidade de direcionamentos ao jornal impresso pelo jornal *O Globo*.

Assim sendo, uma parcela pequena de publicações no impresso evidencia, quanto à abordagem do tema “ideologia de gênero”, a relevância que a discussão possui e a possível influência de atores e opiniões conflitantes sobre a formatação do noticiário.

As divisões internas dos periódicos, como abordam Campos, Júnior e Daflon, separou as notícias ditas informativas dos chamados artigos ou colunas de opinião. Objetivando que informação e opinião deveriam - e poderiam - ser separadas. Dando origem, portanto, à uma distinção do espaço dedicado à publicação de notícias, do espaço dedicado à publicação dos textos opinativos. Ao colocar num segundo plano os artigos de opinião, como citam, “desconsidera-se o modo pelo qual a seleção dos textos opinativos publicados por um dado jornal pode também gerar efeitos sobre a esfera

pública ou traduzir critérios de seleção escamoteados” (CAMPOS; JÚNIOR; DAFLON, 2013).

De acordo com *Tabela 3*, um cruzamento dos dados do tipo de publicação com os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, observamos que a divisão dos noticiários entre “Artigo de Opinião (externo)” – onde consideram vozes autorais de fora do jornal, normalmente convidadas ou especialistas sobre o tema debatido-, “Coluna/Opinião (interno)” – jornalistas do próprio jornal que ocupam um espaço normalmente direcionados aos blogs ou categorias exclusivas para “opinião” nos sites - e “Reportagem” – que abrangem notícias gerais do periódico -, relata uma grande maioria de publicações na esfera de “Reportagens”, tendo assim, uma maioria de notícias informativas, e uma menor quantidade, mesmo que significativa, de Colunas e/ou artigos e opinião internos. A menor parcela de Artigos de Opinião (externos) cabe ao fato de que por serem escritos por vozes de influência de fora dos jornais, com um posicionamento já mais demarcado, a delimitação desse espaço pode refletir de maneira mais impactante no direcionamento do noticiário.

Tabela 3: Tipo de publicação de acordo com o jornal de publicação

Jornal	Folha de São Paulo	O Globo	TOTAL
Tipo de publicação			
Artigo de Opinião (externo)	9	5	14
Coluna/Opinião (interno)	21	9	30
Reportagem	42	37	79
TOTAL	72	51	123

Fonte: a autora

Os temas que levaram ao uso da expressão “ideologia de gênero” pelos dois jornais também foram fundamentais para delimitar a análise. Como cita Biroli, é preciso analisar os pressupostos compartilhados que estão na base da identificação e hierarquização dos conflitos no noticiário. Ponderando, para isso, se tem correspondência, e de que forma, com os conflitos políticos e político-partidários em um dado contexto (BIROLI, 2013. P. 136). Examinando os períodos de publicação e os debates da arena política, que, como já foi explicado é interferida diretamente pela mídia, definimos os principais enunciados que trouxeram a abordagem de gênero.

Em primeiro lugar, os Planos de Educação não só foram o motivo que impulsionou a discussão sobre a “ideologia de gênero” nos noticiários, como é um dos temas mais abordados ao longo do período observado. Por ser um Plano Nacional de Educação que diz que a escola é um lugar de inclusão, de superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, desenrolaram-se várias atacadas ao termo “gênero” contido no texto. Sancionado dia 25 de junho de 2014 pela presidente Dilma Rousseff, a discussão não teve fim no âmbito nacional, cabendo às câmaras municipais de cada estado decidir sobre as diretrizes do plano.

Junto aos debates sobre o ensino da chamada “ideologia de gênero” nas escolas, outro ponto que gerou muita contradição foi o projeto Escola Sem Partido, projeto de iniciativa do procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, de 2010, que tomou visibilidade também no ano de 2014, e pretendia combater o que chamam de “doutrinação ideológica” nas escolas brasileiras, onde, mais uma vez, a presença da chamada “ideologia de gênero”, de acordo com alguns grupos conservadores, comprometia a educação.

O próximo ponto que recebeu certo destaque foram as eleições para prefeitos e vereadores no ano de 2016, nas quais o termo “gênero” e, mais precisamente, o combate à “ideologia de gênero”, obteve grande ênfase nos discursos dos candidatos.

Tabela 4: Temas das publicações de acordo com o jornal de publicação

	Jornal	Folha de São Paulo	O Globo	TOTAL
TEMAS				
Base Nacional Comum Curricular		3	6	9
Escola Sem Partido		5	5	10
Eleições estaduais e/ou municipais		5	16	21
Plano de Educação		26	7	33
Outros		33	17	50
TOTAL		72	51	123

Fonte: a autora

Avaliando a *Tabela 4* acima, nota-se que, seguido por “Outros” (onde se categorizam vários temas dispersos que não puderam se englobar em uma única categoria) o “Plano de Educação” foi o mais abordado no jornal *Folha de São Paulo*, ocupando cerca de 36,11% das temáticas, em terceiro lugar o “Escola Sem Partido” e por último, com apenas (6,94%) dos temas, as “Eleições estaduais e/ou municipais”.

Isso explica a grande alta das reportagens do jornal nos anos de 2014 a 2016, período no qual os planos de educação atingiram sua problematização máxima, e uma queda no ano de 2017 devido ao menor enfoque nas eleições regionais do estado de São Paulo – estado o qual está representado o jornal da “Folha”.

O jornal *O Globo* revela outro cenário, os temas diversos, categorizados como “outros”, como a atuação de parlamentares do Rio de Janeiro e temas direcionados para a questão de gênero, lideraram na análise, porém, em segundo lugar, e mais representativo que a categoria “Outros”, a temática das “Eleições estaduais e/ou municipais” foi muito publicada, expressando que não só o jornal *O Globo* deu mais destaque ao termo “ideologia de gênero” durante o período eleitoral – e por isso o pico de reportagens em 2016 – como também que os candidatos à representante do Rio de Janeiro fizeram maior uso da expressão durante suas candidaturas.

É possível identificar aqui então, que a diferença regional dos jornais de amplo alcance interfere nas pautas priorizadas por estes e, as temáticas podem variar de acordo com as preferências do governo e da sociedade que é representada nas matérias. Como explica Biroli, as clivagens do noticiário se definem, predominantemente, em relação aos governos constituídos e às disputas, ou potenciais disputas, eleitorais (mais do que em relação a tópicos, problemas e políticas). (BIROLI, 2013, P. 136).

O lugar de fala, fator importante para entender melhor a interferência dos atores políticos e não políticos na orientação da mídia, como diz Engelke, tem como intuito chamar a atenção para quem fala, de onde fala, e não somente para o que está sendo dito, de modo que devemos observar as condições materiais e simbólicas de sua enunciação, questionar privilégios e identificar as formas de reprodução de assimetrias de poder e hierarquização de vozes (ENGELKE, 2017).

Quando o jornalista seleciona uma fala em detrimento de outras, como trata Mantovani, ele está construindo um sentido para o acontecimento, um determinado “recorte” para a notícia, ora, nem todas as fontes são consideradas com o mesmo valor e relevância ou têm o mesmo acesso aos jornalistas (MANTOVANI, 2013, p. 16).

Quando ponderamos os principais atores responsáveis pelas falas a respeito do termo “ideologia de gênero” encontramos os tabulados na *Tabela 5* abaixo. E a representação de cada uma das vozes tem papel importante sobre a orientação que o noticiário segue. Dar espaços de vozes iguais para posicionamentos contrários é mais um indicador de imparcialidade que, como examinaremos, não foi seguido à risca pelos

jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*. Lembrando que, na categoria de vozes da matéria uma mesma reportagem apresenta mais de um ator responsável pelas falas.

Tabela 5: Quem tem voz na matéria de acordo com o jornal de publicação

	Jornal	Folha de São Paulo	O Globo	TOTAL
Quem tem voz na matéria				
Representantes de organizações internacionais		1	0	1
Ministério Público ou Promotoria		2	2	4
Estudantes		3	2	5
Advogados ou juristas		1	5	6
Representantes das igrejas evangélicas		9	3	12
Judiciário		9	4	13
Representantes de movimentos feministas/LGBT		13	4	17
Professores		9	9	18
Parlamentares não identificados como religiosos e alinhados com a agenda progressista		16	6	22
Representantes das igrejas católicas		17	6	23
Parlamentares não identificados como religiosos e alinhados com a agenda conservadora		15	11	26
Parlamentares religiosos		23	14	37
Outros		28	16	44
TOTAL		146	82	228

Fonte: a autora

Em ambos os noticiários podemos observar que a presença de membros religiosos e/ou conservadores como parlamentares religiosos, parlamentares não identificados como religiosos e alinhados com a agenda conservadora, representantes das igrejas católicas e representantes das igrejas evangélicas formam maioria sobre as falas apresentadas, sendo um total de 64 falas ou a presença em 43,83% das vozes das matérias do jornal paulista, e 34 falas ou 41,46% das vozes das matérias do jornal carioca. Enquanto, a reprodução de discursos que defendem o debate sobre gênero, representados por parlamentares não identificados como religiosos e alinhados com a agenda progressista, representantes de movimentos feministas/LGBTs e, podemos até incluir, professores e estudantes – por possuírem um posicionamento usualmente orientado por ideais progressistas -, ocupam uma parcela de 41 falas ou 28% das vozes do jornal *Folha de São Paulo*, e 21 falas ou 25,6% das vozes do jornal *O Globo*. Ou seja, a esperada representação proporcional dos atores falha ao encarmos a desproporção entre atores que vão contra a chamada “ideologia de gênero” e os atores que defendem o debate sobre gênero.

A vinculação, portanto, de temas sobre direitos individuais à valores morais, definidos em grande parte por dogmas religiosos, denota o posicionamento da instituição religiosa como um ator influente sobre o debate político. A presença da Igreja na formação da sociedade, como detentora de poder e associada ao tipo primitivo de família patriarcal, dominantes na formação da sociedade brasileira, permite considerar tais elementos como parte relevante de uma influência conservadora nos costumes e no comportamento da população até os dias de atuais. (MANTOVANI, 2013. P. 10).

Dentre as notícias analisadas, a presença de vozes de parlamentares religiosos que remetiam a sua fala ao posicionamento de sua instituição religiosa foi numericamente maior do que as falas vindas de movimentos – com menor espaço e influência – defensores da pauta, principalmente nos discursos em protesto ao ensino de gênero nas escolas e nos pleitos eleitorais. O atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, é um exemplo muito citado, com várias publicações do jornal *O Globo* direcionadas aos seus discursos. Em um deles, quando ainda candidato à prefeitura, Crivella disse contra a “ideologia de gênero”:

"Deus criou uma Eva. As civilizações que têm cinco, seis, sete, oito Evas, como na África, vez ou outra, são varridas por endemias, como a AIDS, porque há uma promiscuidade enorme. Também não foi Ivo. Foi Eva, com sua característica feminina, e eles se completavam... Então, o pai veste o menino, leva o menino para o futebol, leva o menino à bravura. E a mãe leva sua filha à ternura e à coragem também, mas às coisas de menina, às bonecas, ao ambiente doméstico, à cozinha, à poesia". (O Globo, 28/10/2016) ⁴

É preciso considerar também, como levantado por Flávia Biroli, se o noticiário que concentra os locais de fala nos ocupantes do legislativo é capaz de expressar a totalidade das posições e interesses politicamente relevantes. É passível de interrogação se as reverberações publicadas nos periódicos da *Folha de São Paulo* e *O Globo*, em todos suas plataformas de alcance, não se concentram nas disputas entre os atores políticos já posicionados (BIROLI, 2013, P. 136).

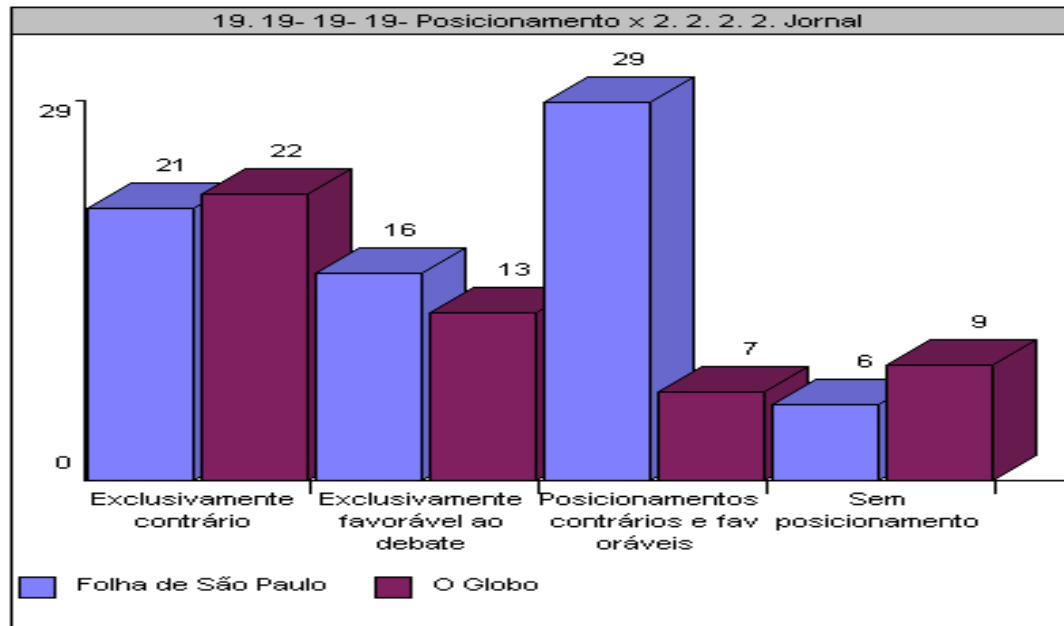
“A rede de fontes do campo jornalístico reflete, por um lado, a estrutura social e de poder vigentes e, de outro, representa as possibilidades que garantem legitimidade para o texto jornalístico. Aqueles com poder econômico ou político obtém acesso mais fácil e são mais acessíveis, enquanto aqueles que não tem poder ou se encontram às margens destas determinações dificilmente encontram espaço na cobertura jornalística (Wolf, 2005, p.235).” (MANTOVANI, 2013, p. 16).

E apesar de nem o jornal *Folha de São Paulo* ou o jornal *O Globo* possuírem um posicionamento claro sobre a expressão “ideologia de gênero”, a disposição das matérias e a relevância e predominância de posicionamentos dos membros religiosos e conservadores, presentes em grande peso no jogo político, geram um impacto maior sobre a construção da orientação social com um viés tradicionalista.

O posicionamento implícito dos jornais é refletido pela quantidade de matérias favoráveis e contrárias ao tema, em um contexto polêmico como o da “ideologia de gênero”, e o espaço dado para cada abordagem debater e defender sua posição. Como visto no *Gráfico 2*, os posicionamentos foram divididos entre “Exclusivamente contrário”, no qual apenas falas contrárias à noção de gênero eram exibidas; “Exclusivamente favorável”, onde era unicamente defendido o debate sobre gênero; “Posicionamentos contrários e favoráveis”, em uma mesma publicação eram apresentadas noções favoráveis e contrárias à expressão “ideologia de gênero”; e “Sem posicionamento”, onde a matéria não expunha opinião ou posição sobre o debate.

A grande parcela, e majoritária no jornal *O Globo*, de posicionamentos exclusivamente contrários indica, de imediato, a visão por trás dos editoriais, bem como a influência dos “caciques” do jogo político sobre eles. Uma concentração de expressivos 43% das publicações do *O Globo* contrárias ao debate de gênero aponta o viés conservador do veículo de comunicação, que, para não excluir dos espaços de fala as retóricas em defesa do debate, reserva uma parcela (18% menor) de 25% das publicações para opiniões exclusivamente favoráveis.

Gráfico 2: Posicionamento das publicações X Jornal de publicação



Fonte: a autora

Uma porcentagem de 29% das publicações contrárias, do *Folha de São Paulo*, também é significativa, porém a porcentagem de notícias exclusivamente favoráveis está em 22% das publicações, e a maioria, de 40%, das matérias, possuem ambos posicionamentos. Assim, há uma maior tentativa, mesmo que não esconda totalmente seu viés, da *Folha de São Paulo* em igualar o debate.

Os posicionamentos ficam ainda mais claros quando relacionados com os tipos de publicação, como visto na *Tabela 6*. Os artigos de opinião, que expressam abertamente a posição de vozes de fora do jornal, se dividem igualmente entre contrários e favoráveis ao debate – foi percebido que ao chamar vozes de fora dos noticiários, os dois jornais tentavam equilibrar as publicações. As colunas de opinião, com os blogs e colunistas do próprio meio midiático, exibem uma maioria de posicionamentos favoráveis que, por expressarem, na maioria das vezes, a opinião do próprio autor ou algum posicionamento claro em um diálogo mais aberto com o público leitor, recebe menor influência dos intermediadores do jogo político – como explicado acima, os parlamentares com grande poder de barganha e as próprias instituições religiosas. A maior presença de falas nas reportagens, que relatam as discussões dos embates político ideológicos, aponta também uma maior presença de posicionamentos exclusivamente contrário à “ideologia de gênero”, estando alinhada com a maior interferência de atores conservadores nesse campo de publicação.

Tabela 6: Posicionamento das publicações relacionado com o tipo de publicação nos dois jornais

Tipo de publicação	Artigo de Opinião (externo)	Coluna/O pinião (interno)	Reportagem em	TOTAL
Posicionamento				
Sem posicionamento	0	6	9	15
Exclusivamente favorável ao debate sobre gênero"	5	14	10	29
Posicionamentos contrários e favoráveis à ideia de gênero	4	3	29	36
Exclusivamente contrário à "ideologia de gênero"	5	7	31	43
TOTAL	14	30	79	123

Fonte: a autora

Em reportagem do dia 11 de junho de 2015 a *Folha de São Paulo*, ao tratar da discussão em torno da expressão “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação, escreve em nota que: “A Folha leu a íntegra do relatório, mas não identificou nenhuma menção à chamada "ideologia de gênero" (FOLHA DE SÃO PAULO, 11/06/2015) ⁵. Exemplificando, aqui, sua intenção de não se posicionar acerca do assunto. O mesmo pode ser visto pelo mesmo jornal quando entrevistou a filósofa feminista que desenvolveu a ideia de fluidez de gênero, Judith Butler, na sua primeira vinda ao Brasil em 2015 – a reportagem foi publicada na versão impressa do jornal.

O Blog #AGORAÉQUESÃOELAS, também da *Folha de São Paulo*, demonstra a tentativa, ainda que de pouco alcance, de mudança de abordagem do jornal. Uma tribuna de muitas vozes femininas e feministas, como é descrito, que levanta o debate de forma crítica e com posicionamentos claros e progressistas sobre assuntos polêmicos. E, apesar de poucas publicações sobre a expressão “ideologia de gênero” no blog de mulheres da “Folha”, um total de três matérias sobre o tema, em todas elas o conceito de gênero é explicado e o debate em sala de aula defendido. Como intervém Joanna Burigo em sua coluna, “o que chamam de “inclusão da ideologia de gênero na educação” seria mais bem descrito como “inclusão de conhecimento de noções teóricas provenientes dos estudos sobre gênero na educação” (#AGORAÉQUESÃOELAS, 22/07/2016) ⁶, e ainda reafirmando a crítica, Maíra Kubík Mano diz: “O fascismo também tem ideologia de gênero” (#AGORAÉQUESÃOELAS, 03/05/2016) ⁷.

O noticiário, contudo, é produzido com enquadramentos que organizam o acesso aos temas, construindo relações de causalidade, como “molduras que tornam os temas visíveis em uma narrativa que lhes dá sentido” (BIROLI, 2011, p.89). Os

enquadramentos da notícia auxiliam, portanto, na compreensão sobre os efeitos da cobertura da mídia na estruturação e organização das imagens, tanto no plano sociológico, como no plano político, conformando uma opinião ou sugerindo escolhas, como explicado por Mantovani (MANTOVANI, 2013).

Enfatizando os pressupostos que organizam o mundo para os jornalistas e para o público, atribuindo sentido a narrativas relativamente estáveis, os enquadramentos são construídos sobre fatos. Tendo isso em mente, os enquadramentos predominantes nas matérias analisadas sobre o uso do termo “ideologia de gênero” são: “Movimentos feministas e LGBT têm levado o debate sobre gênero para o Estado ou para as escolas”; “Há muitas pessoas se manifestando a favor do debate sobre gênero no Brasil hoje”; “Há muitas pessoas se manifestando contra o debate sobre gênero no Brasil hoje”; “A “ideologia de gênero” existe e vai contra os princípios da Igreja”; “O respeito à diversidade é necessário”; “O debate sobre gênero deve ser estimulado nas escolas”; “A “ideologia de gênero” existe e vai contra os princípios da família e da moralidade”; “Parlamentares religiosos e/ou conservadores atuam contra o debate sobre gênero”. Ao considerar os enquadramentos, logo, algumas publicações podem conter apenas um enquadramento predominante, dois enquadramentos complementares, ou seja, uma mesma notícia pode estar direcionada à uma narrativa sobre a atuação dos parlamentares e a crença na existência da “ideologia de gênero” contra os princípios da Igreja, ou dois enquadramentos contrastantes, onde uma publicação ao mostrar dois pontos de vista pode enquadrar tanto sentenças de favoráveis ao debate de gênero, quanto contrárias.

Como pode ser perceber com o auxílio da *Tabela 7*, os textos jornalísticos que lidam com parlamentares religiosos e/ou conservadores atuando contra o debate sobre gênero tiveram maior volume de enquadramentos tanto no jornal *O Globo*, tanto na *Folha de São Paulo*, de forma que podemos contemplar que tal enquadramento está inserido em um contexto das principais disputas entorno das questões políticas em pauta, como as lutas dos parlamentares contra o ensino de gênero nas escolas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e nos discursos eleitorais que expõe a posição contrária ao debate.

Tabela 7: Enquadramento das publicações de acordo com o jornal de publicação

	Jornal	O Globo	Folha de São Paulo	TOTAL
Enquadramentos				
Movimentos feministas e LGBT têm levado o debate sobre gênero para o Estado ou para as escolas		0	2	2
Há muitas pessoas se manifestando a favor do debate sobre gênero no Brasil hoje.		4	4	8
Há muitas pessoas se manifestando contra o debate sobre gênero no Brasil hoje		6	4	10
A "ideologia de gênero" existe e vai contra os princípios da Igreja		5	15	20
O respeito à diversidade é necessário		8	13	21
O debate sobre gênero deve ser estimulado nas escolas		13	11	24
A "ideologia de gênero" existe e vai contra os princípios da família e da moralidade		10	14	24
Parlamentares religiosos e/ou conservadores atuam contra o debate sobre gênero		18	22	40

Fonte: a autora

Reunindo, assim, os enquadramentos que vão de encontro a temática de gênero - Parlamentares religiosos e/ou conservadores atuam contra o debate sobre gênero”, “A “ideologia de gênero” existe e vai contra os princípios da família e da moralidade”, “A “ideologia de gênero” existe e vai contra os princípios da Igreja” e “Há muitas pessoas se manifestando contra o debate sobre gênero no Brasil hoje” – temos uma maioria de enquadramentos, tanto do jornal O Globo com um universo de 76,47%, como da Folha de São Paulo, com 76,38%, direcionados à correlações ligadas ao combate da “ideologia de gênero”.

Tabela 8: Enquadramento das publicações relacionado com o posicionamento das publicações

	Posicionamento	Exclusivamente contrário à "ideologia de gênero"	Exclusivamente favorável ao debate sobre gênero	Posicionamentos contrários e favoráveis à ideia de gênero	Sem posicionamento	TOTAL
Enquadramentos						
A "ideologia de gênero" existe e vai contra os princípios da família e da moralidade		17	0	6	1	24
A "ideologia de gênero" existe e vai contra os princípios da Igreja		13	0	4	3	20
Há muitas pessoas se manifestando a favor do debate sobre gênero no Brasil hoje.		0	1	6	1	8
Há muitas pessoas se manifestando contra o debate sobre gênero no Brasil hoje		1	1	5	3	10
Movimentos feministas e LGBT têm levado o debate sobre gênero para o Estado ou para as escolas		0	1	1	0	2
O debate sobre gênero deve ser estimulado nas escolas		0	14	8	2	24
O respeito à diversidade é necessário		0	17	3	1	21
Parlamentares religiosos e/ou conservadores atuam contra o debate sobre gênero		16	3	15	6	40

Fonte: a autora

Os enquadramentos predominantes reforçam, dessa forma, um direcionamento contrário ao debate sobre gênero, e, essa ordenação é reafirmada quando analisamos que os enquadramentos contrários coincidem exatamente com as matérias que são

exclusivamente ou possuem algum argumento também contrário como percebido na *Tabela 8*, e o mesmo acontece com enquadramentos favoráveis, que concentram os posicionamentos também favoráveis.

V.I. Conclusão

O debate acerca da expressão “ideologia de gênero” se tornou polêmico devido a influência dos atores que abordaram a questão e o desencadear de projetos conservadores que surgem como luta de parlamentares tradicionalistas que atuam na construção da agenda política – e aqui considero a mídia um importante ator para a significação do termo perante a sociedade. Não se nega uma contínua abordagem, bem como uma presença massiva de atores conservadores com visões retrógradas a respeito do assunto – nota-se, em quase todas as reportagens em que a “ideologia de gênero” é citada a presença de um membro da bancada evangélica ou a referência à essa direta ou indiretamente.

Observa-se, contudo, que há uma visível separação entre as categorias do *Jornal Folha de São Paulo* e uma tentativa, mais recente, de se aproximar positivamente do debate LGBT. Nas reportagens publicadas como fonte de notícia as publicações da *Folha de S. Paulo*, apesar de tentarem expor pontos de vista de ambos os lados do debate – favoráveis ao debate sobre gênero e contrários à “ideologia de gênero”-, tendem a permanecer nas mesmas questões ou a privilegiar a fala de atores conservadores, por serem maioria no governo (atores favoráveis ao debate de gênero são normalmente aqueles incluídos na sociedade, como professores, estudantes, ativistas, ongs, ou aqueles afetados de alguma forma pelo preconceito de gênero, sendo uma minoria os congressistas e instituições que defendem esse ponto de vista – tendo menor espaço de fala naturalmente). De um outro lado, porém, mesmo que minoritariamente, em blogs do jornal, como o #AGORAÉQUESÃOELAS, se encontram abordagens que vão em defesa da “ideologia de gênero” e sobre a importância do combate ao preconceito.

Vejo, nessa última proposta da “Folha”, de trazer a visão de colunistas mulheres para o debate, uma tentativa válida para desconstruir o conservadorismo e a falta de humanidade nas falas das reportagens cotidianas. Apesar de não ser suficiente e ter um embate constante e contraditório com falas que repercutem um discurso de ódio, não se

deve ignorar os avanços mesmo que mínimos, bem como não se deve fechar os olhos para retrocessos que repercutem na mídia.

O jornal carioca, O Globo, por vez, se mostra ainda muito apegado às interferências de atores conservadores e como analisado, os poucos posicionamentos favoráveis apresentados no jornal não são capazes de balancear o debate, visto o espaço de fala muito maior dado aqueles que vão contra a chamada “ideologia de gênero”. Reafirmando a continuidade até a atualidade da influência do Estado, ou dos membros desse – mesmo que indiretamente-, sobre a disseminação de informação, e um menor engajamento nas lutas políticas revolucionárias, negando, assim, o princípio da imparcialidade esperado pela mídia.

A restrição de publicações com posicionamentos favoráveis ao debate sobre gênero à blogs, colunas e artigos de opinião, é outro indicador da intervenção das vozes conservadoras, pois, como já explicado, as reportagens têm maior poder de barganha e prestígio do que as demais páginas do noticiário. O mesmo acontece em relação aos locais de publicação, uma vez que a menor quantidade de impressos e uma predileção por posicionamentos contrários também nesse espaço, reflete o tradicionalismo dos meios de comunicação.

Não se pode ignorar, contudo, que junto ao aumento de reportagens, há um incremento nos debates e a disseminação das visões e da importância da conscientização sobre questões de gênero. As relações de gênero, como fala Mantovani, se evidenciam como relações de poder, de modo a reproduzir os embates da política e expor a hierarquia presente também no processo de tomada de decisão (MANTOVANI, 2010).

A discussão sobre “ideologia de gênero” é repleta de armadilhas. Conforme aponta Agnieszka Graff, o próprio termo é construído de forma política, na medida em que “transforma a realidade social que supostamente descreve, estratégia excepcionalmente efetiva na luta pela hegemonia cultural.” (GRAFF, 2016: 269). Conforme apontado por Graff, o termo “ideologia de gênero” reúne “como um ímã todos os medos, ansiedades e obsessões do conservadorismo cultural” (GRAFF, 2016: 272). A luta pelo fim da misoginia e da LGBTfobia tem de se confrontar com as posições anti-gênero, que, cada vez mais, se mostram adversárias com grande e perigoso potencial de mobilização política.

REFERÊNCIAS:

ARAGUSUKU, Henrique Araujo. A “ideologia de gênero” como estratégia político - sexual e a reação do conservadorismo no Brasil. ST 18 – Ativismos e produções acadêmicas LGBT, feministas e queer em tempos de ascensão conservadora no Brasil. VII Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gêneros. Associação Brasileira de Estudos da Homocultura. 2016. [\[Link\]](#)

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Caleidoscópio convexo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 71-98.

_____. Limites da Política e esvaziamento dos conflitos: o jornalismo como gestor de consensos [126-143]. Dossiê Cultura e Política. Revista Estudos Políticos N.6 | 2013/01.

_____. A “ideologia de gênero” e as ameaças à democracia. Blog da Boitempo, 2015. [\[Link\]](#)

CAMPOS, Luiz Augusto; JÚNIOR, João Feres; DAFLON, Verônica Toste. Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais. Rev. Bras. Ciênc. Polít. no.11 Brasília May/Aug. 2013.

CAREAGA-PÉREZ, Gloria. Religion & Gender. Moral Panic and Gender Ideology in Latin America. Vol. 6, no. 2 (2016), 251-255.

CARVALHO\Z, Marília Pinto. O conceito de gênero a partir dos trabalhos apresentados no Gt 14 da Anped (1999-2009). Revista Brasileira de Educação (Impresso), Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 99-117, 2011.

CORRALES, Javier. Traducción al español de Mariela Figueroa. 2016. La representación y los derechos LGBT en Latinoamérica y el Caribe: La influencia de las estructuras, los movimientos sociales, las instituciones políticas, y la cultura. LGBT Representation and Rights. 2016. [\[Link\]](#)

EAGLETON, Terry. Ideologia. Uma Introdução/ Terry Eagleton; Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

ENGELKE, Antônio. PUREZA E PODER. *Os paradoxos da política identitária*. Resvista Piauí. EDIÇÃO 132 | SETEMBRO DE 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO, Igreja Católica convoca megaprotesto contra lei de aborto na Espanha. Da BBC Brasil. 16/10/2009.

GGB- Grupo Gay da Bahia. Assassinato de LGBT no Brasil: Relatório 2016.
MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, Cultura e Política. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 32(2): 29-56, 2012.

GRAFF, Agnieszka. ‘Gender ideology’: weak concepts, powerful politics. *Religion and gender*, vol. 6, n. 2, 2016; pp. 268-272.

HADDAD, Tathiana Machado Araujo. Diplomacia Pública: A Política Externa Brasileira e as Ongs na Conferência de Beijing (1995). Os direitos das mulheres no contexto internacional: a Conferência de Beijing. PUC-RIO. 2007: [\[Link\]](#)

MANTOVANI, Denise. *Quem agenda a mídia? Um estudo de agenda-setting a partir da tematização do aborto nas eleições de 2010*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, 2014. [\[Links \]](#)

_____. Os limites da controvérsia do aborto na agenda eleitoral de 2010: um estudo sobre o agendamento da mídia. *Textos para discussão*, nº 4, Grupo de Pesquisas sobre Democracia e Desigualdades - Demodê, 2013. [\[Links \]](#)

LACERDA, Marina Basso. “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Área temática: Gênero, Democracia e Políticas Públicas. 10o Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. 30 de agosto a 2 de setembro de 2016 – Belo Horizonte

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. Dossiê: Relações de Gênero e Religião – Artigo original. *A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica*. Horizonte, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. 1986.

Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. *Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013*. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>

1

¹ PEIXOTO, Fernanda, (A moça moderna brasileira), *Folha de São Paulo*, 08/01/2000.

² DA REDAÇÃO, (Documento do Vaticano condena o feminismo), *Folha de São Paulo*, 31/07/2004.

³ BBC BRASIL, (Igreja Católica convoca megaprotesto contra lei de aborto na Espanha), *Folha de São Paulo*, 16/10/2009.

⁴ BERTA, Ruben, (Atuação no Senado mostra episódios de relação próxima de Crivella com igreja), *O Globo*, 28/10/2016.

⁵ SPERB, Paula, (Sob pressão da igreja, Câmara de SP tira palavra 'gênero' de plano de educação), *Folha de São Paulo*, 11/06/2015.

⁶ BURIGO, Joanna, (Gênero: ideologia ou teoria? Quem se opõe ao debate sobre gênero é quem se beneficia das coisas como elas são...), *Folha de São Paulo*, do blog #AGORAÉQUESÃOELAS, 22/07/2016.

⁷ MANO, Maíra Kubík, (O fascismo também tem ideologia de gênero), *Folha de São Paulo*, do blog #AGORAÉQUESÃOELAS, 03/05/2016.